



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 4/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM TRÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DAS ATAS:-----

1.1.-DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE JANEIROS DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20 de janeiro findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

1.2.-DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a vinte e dois de janeiro findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 22, referente ao dia 2 de fevereiro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.1.1.-Regime Excecional de Regularização das atividades económicas, aprovado pelo Decreto – Lei número 165/2014, de 5 de novembro:-----

-----Foi presente a circular 7/2016-LR, de 13 de janeiro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que o Decreto-Lei número 165/2014, de 5 de novembro, veio estabelecer, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras compatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo (RERAE).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Apesar dos Municípios se encontrem empenhados na divulgação e aplicação do RERAE, estes fizeram chegar à ANMP a informação de que o prazo fixado para a finalização do processo – 2 de janeiro de 2016, revela-se insuficiente para executar as tarefas que são exigidas, atenta a complexidade inerente.-----

-----Por esse facto informa que aquela Associação solicitou oportunamente aos Srs. Ministros da Economia e do Ambiente a prorrogação do prazo de vigência da RERAE em, pelo menos, seis meses.-----

-----Ainda sobre esta matéria mais informa que rececionou da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural uma comunicação, na qual se expõe que:-----

-----“No caso de existir desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial (vinculativos dos particulares), servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização devia incluir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse publico municipal (na regularização), emitida pela assembleia municipal (...)“Acontece que todos os requerimentos entrados no prazo regulamentar devem ser deliberados ainda que no ano de 2016, dando assim a possibilidade de os requerentes concluírem a instrução dos processos de regularização entregues atempadamente nas DRAP(...)”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-Aplicação do número 4 do artigo 98º. do Orçamento do Estado para 2015 – Aumento da receita FEF, IRS e de IMI, decorrente da reavaliação geral de imóveis:-----

-----Foi presente a circular referência 11/2016/AG, de 19 de janeiro findo, da Associação Nacional de Município prestando esclarecimento sobre o procedimento a adotar em relação ao aumento da receita das transferências FEF, IRS de 2014 e de IMI, decorrente da reavaliação geral de imóveis, previsto no número 4 do artigo 98º. da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2015 .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-PACTO DE MILÃO PARA A ALIMENTAÇÃO:-----

-----Foi presente a comunicação eletrónica, datada de 18 de janeiro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o Pacto de Milão sobre a Política da Alimentação, é um documento subscrito, até ao momento por mais de cem (100) cidades do Mundo, pretende envolver as autarquias locais no desenvolvimento de sistemas alimentares baseados nos princípios da sustentabilidade e da justiça social.-----

-----Tendo a Assembleia da Republica declarado o ano de 2016 como Ano Nacional de Luta contra o Desperdício Alimentar (Resolução da Assembleia da Republica n.º.65/2015, de 17 de junho) sendo um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável, subscritos por Portugal em setembro de 2015 a erradicação da fome e o combate à insegurança alimentar, e existindo uma preocupação crescente dos municípios portugueses com esta temática, convida este Município a analisar o texto do Pacto de Milão sobre a Política da Alimentação, bem como as recomendações anexas, e se assim o entender, a subscrevê-lo.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade subscrever o texto do Pacto de Milão.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1.-Apoio a Atividades Extra-Curriculares EB 2,3 e Secundário:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício número 006, de 6 de janeiro findo, do Agrupamento de Escolas de Mortágua a solicitar a atribuição de um subsídio global para apoiar a consecução das atividades que constam do seu Plano anual de atividades, tendo em conta, muito particularmente, as despesas inerentes a Visitas de Estudo e Desporto Escolar, não perdendo de vista que, preferencialmente, se deverão apoiar os alunos com maiores dificuldades económicas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, considerando que se encontra inscrito nas Opções do Plano no Objetivo 01, Programa 002 o Projeto 2016/5002 “Apoio a Atividades de Extra-Curriculares EB 2,3 e Secundário” dotado com financiamento definido de cinco mil euros (5.000,00 €), e com o código de classificação orçamental 04050108, com um saldo de oito mil e quatrocentos euros (8.400,00 €) o Senhor Presidente no prosseguimento da política de apoio à educação. propôs a atribuição do subsídio de cinco mil euros (5.000,00 €) ao Agrupamento de Escolas para apoio financeiro à execução do seu Plano de Atividades Extra-Curriculares, devendo o referido montante ser utilizado em atividades relevantes e por forma a promover sempre a igualdade de oportunidades aos alunos que nelas participam.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura número 3/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – INVESTIMENTOS DAS ASSOCIAÇÃO CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Prorrogação de Protocolo celebrado com Associação de Caça e Pesca de Mortágua

– Compromisso Plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Considerando que em reunião de Câmara de 01/07/2015 foi deliberado atribuir o subsídio de 20.000,00 € à Associação de Caça e Pesca, para apoio à execução de obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede e espaço envolvente, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Considerando que a durante o ano de 2015 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem que terminus no primeiro trimestre de 2016 .-----

-----Considerando que nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2015, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 12231.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artº. 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, uma vez que constitui obrigação de efetuar pagamentos em anos económico distinto do ano em que o compromisso é assumido.-----

-----Para cumprimento do artº. 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artº. 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

-----Proponho que a Câmara:-----

-----Aprove a prorrogação, até ao final de 2016, do Protocolo celebrado com a Associação de Caça e Pesca de Mortágua, bem como a repartição de encargos nos anos de 2015 e 2016.-----

-----Delibere conforme o disposto no artº. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal para que autorize a repartição de encargos inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2016 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2015 - 0,0 €; -----

-----Ano de 2016 – 20.000,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.2.-Prorrogação de Protocolo celebrado com Associação Cultural e Recreativa de Trezoi –Compromisso Plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que em reunião de Câmara de 18/09/2013 foi deliberado atribuir à Associação Cultural e Recreativa de Trezoi uma comparticipação de 60.000,00 € para apoio à execução de obras de conservação e ampliação do seu edifício sede, considerando-se como Protocolo a troca de correspondência.-----

-----Considerando que a despesa global de 60.000,00 € foi, em 18/09/2013, lançada no orçamento municipal de 2013 na rubrica 080701 sob o número sequencial de compromisso 6550/2013.-----

-----Considerando que mediante a apresentação de documentos de despesa da obra



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

confirmados pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território foi efetuado o pagamento de 44.346,11 €, faltando ainda transferir o montante de 15.653,89 €.-----

-----Considerando que a obra sofreu um atraso, estando neste momento concluída e tendo inclusivamente aquela Associação apresentado documentos de despesa superior ao montante a liquidar.-----

-----Considerando que a Câmara pode deliberar transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a) do artº.3º. da Lei nº.22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, uma vez que constitui obrigação de efetuar pagamentos em anos económico distinto do ano em que o compromisso é assumido.-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

-----Proponho que a Câmara: -----

-----Aprove a prorrogação, até ao final de 2016, do Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Trezoi bem como a repartição de encargos nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016:-----

-----Delibere conforme o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal para que autorize a repartição de encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2013 – 13.176,46 €;-----

-----Ano de 2014 – 31.760,89 €;-----

-----Ano de 2015 -0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 15.653,89 €-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.2.1.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial de Vale de Remígio – Compromisso Plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que em reunião de Câmara de 04/11/2015 foi deliberado atribuir o subsídio de 20.000,00 € à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remígio, para apoio à execução de obras de restauro e melhoramentos da Igreja de Vale de Remígio, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 7ª. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Considerando que a durante o ano de 2015 aquela Entidade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem que terminus durante o ano de 2016 .-----

-----Considerando que nos termos da sua cláusula 13ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2015, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

orçamento 080701 sob o número sequencial 13321/2015.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artº.3º. da Lei nº.22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, uma vez que constitui obrigação de efetuar pagamentos em anos económico distinto do ano em que o compromisso é assumido.-----

-----Para cumprimento do artº. 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artº. 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

-----Proponho que a Câmara:-----

-----Aprove a prorrogação, até ao final de 2016, do Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remígio, bem como a repartição de encargos nos anos de 2015 e 2016.-----

-----Delibere conforme o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal para que autorize a repartição de encargos inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2016 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2015 - 0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 2-0.000,00 €.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-HABITACÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO:-----

7.1.1.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 16/12/2014 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.-----

-----Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1 ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 20.258,10 €;-----

-----Ano de 2015 - 47.268,90 €.-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tem a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tendo esta realizado somente uma única reunião, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----Será assim necessário proceder à alteração da repartição de encargos inicialmente autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 47.268,90 €, deverá integrar o compromisso de 2016.-----

-----Esta despesa tem enquadramento na código 020214 do Orçamento Municipal.-----

-----Está assegurado o cumprimento dos princípios constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o princípio da estabilidade orçamental;-----

-----Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal autorizar a alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2016 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 20.258,10 €.-----

-----Ano de 2015 – 0;-----

-----Ano de 2016 - 47.268,90 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.1.2.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório Avaliação Ambiental Estratégica - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Considerando que:-----

----- Por meu despacho de 16/12/2014 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, necessário à Revisão do PDM, à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.-----

----- Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1 ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 de Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 12.300,00 €;-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tem a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento, tendo esta realizado somente uma única reunião, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----Será assim necessário proceder à alteração da repartição de encargos inicialmente autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 12.300,00 €, deverá integrar o compromisso de 2016.-----

-----Esta despesa tem enquadramento na código 020214 do Orçamento Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

1

-----Está assegurado o cumprimento dos princípios constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o princípio da estabilidade orçamental;-----

-----Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal autorizar a alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2016 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 12.300,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.1.3.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, necessário à Revisão do PDM, à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1 ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 3.690,00 €; -----

-----Ano de 2015 – 8.610,00 €.-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tem a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento, tendo esta realizado somente uma única reunião, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----Será assim necessário proceder à alteração da repartição de encargos inicialmente autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 47.268,90 €, deverá integrar o compromisso de 2016.-----

-----Esta despesa tem enquadramento na código 020214 do Orçamento Municipal.-----

-----Está assegurado o cumprimento dos princípios constantes da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o princípio da estabilidade orçamental;-----

-----Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd), do nº 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, submeter à Assembleia Municipal autorizar a alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2016 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 3.690,00€;-----

-----Ano de 2016 – 8.610,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.1.4.-Prestação de Serviços de elaboração das Peças Escritas da Alteração ao Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Compromisso Plurianual :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 10/04/2015 foi autorizado a adjudicação do procedimento por ajuste direto da Prestação de Serviços de Elaboração das Peças Escritas da Alteração ao Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, à Empresa MG Arquitetos, Unipessoal, Lda.-----

-----A adjudicação foi efetuada de acordo com a respetiva proposta, e a assunção do compromisso foi realizada da seguinte forma:-----

----- Com o procedimento deliberativo – 3.200,00 €, sem IVA incluído;-----

----- Com o procedimento executório – 1.200,00 €, sem IVA incluído;-----

----- Com Submissão no SSAIGT – 100,00 €, sem IVA incluído.-----

----- Atendendo à morosidade no desenvolvimento administrativo do processo de Alteração Plano de Pormenor, nomeadamente por parte das entidades intervenientes, encontra-se o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mesmo para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----O presente procedimento só poderá concluir-se após a referida aprovação por aquele Órgão Executivo, estando assim por liquidar a importância de 2.767,50€, com IVA incluído, referente ao compromisso assumido em 2015.-----

-----Assim, a aquisição de serviços vai forçosamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos, tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2015 e 2016, no seguinte enquadramento orçamental na rubrica 02 0214.-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

-----Assim proponho que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração das Peças Escritas da Alteração ao Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, para cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

----- Ano de 2015 – 2.767,50 €;-----

-----Ano de 2016 – 2.767,50,00 €;-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Senhor Presidente.-----

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-DINAMIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL – Programa “Sabores do Mercado”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte a seguinte proposta para Dinamização do Mercado Municipal, elaborado pelo Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira:-----

-----“ Considerando que a diminuição da procura do Mercado Municipal, quer por comerciantes, quer pelos consumidores, que se tem verificado ao longo do tempo, no ano passado iniciamos um plano de dinamização do mercado municipal, designado de “Sabores do Mercado”, que contribuiu para chamar novos públicos, um aumento de procura por comerciantes e uma oferta mais diversificada, mesmo sem em mercados temáticos.-----

-----Assim, justifica-se dar continuidade ao programa “Sabores do Mercado”, desenvolvendo ações de divulgação e promoção no sentido da população ser conduzida a criar o hábito de ir ao Mercado Municipal - para comprar produtos de qualidade, alimentares (fruta e legumes frescos, peixe e carne, flores, pão entre outros), particularmente os de cariz tradicional e regional, abrindo as portas aos produtores locais que desejem vender a produção própria e ainda a realização de Mercados temáticos, conforme programa:-----

----- “*SABORES DO MERCADO*”:-----

----- *14/Fevereiro – Mercado de S. Valentino;*-----

----- *16/Março – Mercado dos doces;*-----

----- *9 Abril – Mercado do Artesanato;*-----

----- *17 a 21 de Maio – Mercado do Livro;*-----

----- *11/Junho – Showcoocking no Mercado;*-----

----- *9/Julho – Almoço no Mercado;*-----

-----*17/Setembro – Mercado da Ladra;*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----8/Outubro – Mercado do Artesanato;-----

----- 12/Novembro – Mercado de São Martinho;-----

----- 10/Dezembro – Mercado dos queijos e enchidos.-----

-----Nos restantes sábados o Mercado Municipal abre as portas aos produtores locais que desejem vender produção própria.-----

-----Considerando que se trata de iniciativas do Município sugere-se que a disponibilização das bancas seja gratuita”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar o Programa.

9.-ADMINISTRAÇÃO:-----

91.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Verificando-se a necessidade de inscrever novos Projetos nas Opções do Plano do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei número 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro, a proposta de Modificação às Opções do Plano do corrente ano – Revisão número 1, que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de financiamento definido – zero euros (0,0€);-----

-----Redução do financiamento não definido - cento e cinquenta e quatro mil euros (154.000,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a modificação por revisão às Opções do Plano de 2016 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a), do número 1, do artigo 25º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

9.2.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dar dotar os novos projetos inscritos nas GOPs, pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, a proposta de Modificação ao Orçamento de 2016 – Revisão número 1, que apresenta os seguintes valores:-----

-----Reforço de despesas correntes – três mil euros (3.000,000 €);-----

-----Reforço das despesas Capital – cinquenta e oito mil euros (58.000,00 €);-----

-----Anulação despesa corrente – sessenta e um ml euros (61.000,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a modificação por revisão ao orçamento de 2016 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a), do número 1 do artigo 25º., da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

9.3.-LEI Nº.8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 (LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS E COMPROMISSOS EM ATRASO):-----

9.3.1.-Declaração de compromissos plurianuais e pagamentos e recebimentos em atraso registados na base de dados em 31/12/2015:-----

-----Considerando a Lei número 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração à Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).Considerando as alíneas a) e b) do nº. 1 do artigo 15º. da LCPA, devem os dirigentes das entidades declarar que todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos (estes referentes às receitas fiscais) em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2015, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade.-----

-----Em cumprimento das alíneas a) e b) do nº.1 do artº. 15º. da LCPA foram presentes:-----

----- Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2015;-----

-----Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2015.-----

-----O Senhor Presidente informou que em cumprimento do nº.2 do citado artigo foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

remetidas as aludidas declaração à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

9.3.2.-ENCARGOS ASSUMIDOS EM 2015- PAGAMENTO DE FATURAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças datada de 1/02/2016, dando conhecimento que nos termos da alínea a) do artigo 3º. da Lei número 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, são compromissos plurianuais “Os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido”. As faturas constante na relação daquela informação, que totalizam o montante de três mil quatrocentos e cinquenta e três euros e oito centimos (3.453,08€) reportam a compromissos assumidos no exercício de 2015 e as respetivas faturas apenas foram rececionadas e/ou emitidas no exercício de 2016 configurando nos termos do referido diploma compromissos plurianuais, carecendo deste modo os mesmos nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro de autorização prévia da Assembleia Municipal para a sua assunção.-----

-----Assim, deve o seu pagamento ser precedido de aprovação prévia pela Assembleia Municipal por forma a não violar a referida norma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando que que não é imputável aos credores a razão do não pagamento, deliberou por unanimidade nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, solicitar autorização prévia da Assembleia Municipal da assunção do compromisso das faturas constantes na referida lista por forma a proceder ao respetivo pagamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.4.-PROJETOS DIVERSOS - Prestação de serviços para a requalificação e valorização da Ribeira da Fraga e Parque Verde – Criação de percurso pedestre entre o Barril e Parque Verde – Compromisso plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 19/06/2015 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a Prestação de Serviço de Elaboração do Projeto para a Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre entre Barril e Parque Verde, à empresa PB – Arquitetura Paisagística, Lda. -----

----- No seguimento da tramitação do processo da referida adjudicação a contratualização em 16/07/2015 foi efetuada de acordo com a respetiva proposta, e a assunção do compromisso no montante de 30.750,00 €, com IVA incluído, foi realizada da seguinte forma:-----

----- 10% com a adjudicação;-----

----- 10% com a entrega do programa base;-----

----- 20% com a entrega do estudo prévio;-----

----- 50% com a entrega do projeto de execução;-----

----- 10% com a assistência técnica à execução da obra.-----

----- A despesa no valor de 30.750,00 €, já com IVA, foi compromissada no orçamento municipal de 2015 através da classificação 070115.-----

-----Considerando que o projeto de execução foi elaborado e entregue, estando os serviços a desenvolver o processo para o lançamento da obra, não podendo assim proceder-se ao pagamento dos 10% remanescentes do compromisso assumido em 2015 e referente à assistência Técnica de execução da obra.-----

-----Assim, a aquisição de serviços vai forçosamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos, tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2015, 2016,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no seguinte enquadramento orçamental na rubrica 070115 .-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

----Assim, proponho que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual da aquisição de Prestação de Serviço de Elaboração do Projeto para a Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre entre Barril e Parque Verde, para cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto- Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

----- Ano de 2015 – 27.675,00 €;-----

----- Ano de 2016 – 3.075,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

9.5.-ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Considerando que praticamente todos os contratos de Eletricidade foram celebrados com a agora EDP Universal;-----

-----Considerando a que a Diretiva n. 2003/54/CE define que todos os clientes de energia elétrica podem escolher livremente o seu fornecedor de energia elétrica;-----

-----Considerando que os preços por Kwh praticados no mercado livre são inferiores ao praticado pelo serviço regulado;-----

-----Considerando a que existem diversas firmas no mercado livre, que poderão apresentar propostas vantajosas para o Município, o que trará uma poupança;-----

-----Considerando que os encargos com o fornecimento de energia elétrica às instalações do município (edifícios e rede de iluminação pública), cujos montantes foram apurados em referência ao ano de 2015, importaram em 443.345,81 €;-----

-----Considerando que o encargo estimado anual decorrente do fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) será de 221.672,91 e, em 2016 (6 meses) , 443.345,81, em 2017 e 443.345,81 € em 2018, e em 2019 (6 meses) de 221.672,91 € que inclui o IVA à taxa legal em vigor, e acomoda eventual atualização do preço por causa da inflação e a inclusão de novas instalações;-----

-----Considerando que o prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;-----

-----Considerando que o referido contrato produzirá encargo de 1.330.037,42 € no presente ano económico terá de se proceder ao respetivo cabimento orçamental nas rubricas 020201 e 020225, sendo certo que essa obrigação será também satisfeita no início dos anos subsequentes;-----

-----Considerando que os seus encargos excedem o seu limite de 99.759,58 €, por ano,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

previsto na alínea b), do nº.1 , do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, torna-se necessária a concessão de uma prévia autorização para a repartição da despesa em mais de um ano económico, a qual é da competência da Assembleia Municipal de acordo o consagrado no artigo 22º., número 6 do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f), do número, 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.-----

-----Considerando que, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº. 1 do artigo 6º., da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março.-----

-----Considerando que estamos em presença de contrato de fornecimento de energia elétrica, cujo valor estimado é de 1.330.037,42 €, deve ser adotado procedimento à contratação, na modalidade de concurso público com publicidade internacional, nos termos previstos das disposições combinadas constantes da alínea b), do nº. 1 e alínea e), do nº.2, ambas do artigo 16º., alínea b), do nº.1 do artigo 20º. e artigos 130º. e 131º. Todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações.-----

-----Considerando que, por último, nos termos do disposto na alínea b), do nº. 1, do artigo 18º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, em articulação com os artigos 36º. e 38º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, a decisão de contratar, de escolha do procedimento e da aprovação das respetivas peças, programa de concurso e caderno de encargos são da competência do executivo municipal.-----

-----Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, na alínea b), do nº.1 do artigo 20º., artigos 36º., artigo 38º., 130 e 131º. todos do Decreto-Lei nº.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

18/2008, de 29 de janeiro, e na alínea b), do nº. 1 do artigo 18º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho proponho o seguinte:-----

-----a) A aquisição, por abertura de concurso público com a respetiva publicação de anúncio em Diário da República e no JOUE, nos termos constantes do Título III, capítulo II, Secção I a III, do aludido Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e ulteriores alterações, de serviços de fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) do Município de Mortágua (onde se inclui a iluminação pública), pelo período de 3 anos, cujo encargo anual estimado é de 221.672,91 €, em 2016 €, 443.345,81, em 2017 e 443.345,81 € em 2018, e em 2019 de 221.672,91 € que inclui o IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o encargo global de 1.330.037,42 €.-----

-----b) Aprovar as peças concursais, programa de concurso e caderno de encargos, apenas à presente proposta.-----

-----c) Proceder à publicitação da referida decisão, por anúncio, no diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, e ainda na plataforma eletrónica pela qual venha a ser tramitado este procedimento.-----

-----d) A nomeação da seguinte constituição do Júri do procedimento:-----

-----Membros Efetivos: -----

-----1. Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Mortágua, que desempenhará as funções de Presidente; -----

-----2. Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão, que desempenhará as funções de vogal; -----

-----3. Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico que desempenhará as funções de vogal e gestor do procedimento.-----

-----Membros suplentes:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1. Engº. Arnaldo Duarte Araujo Borges Ferreira, Chefe de Divisão;-----

-----2. Engº. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior;-----

-----O Presidente do Júri, nas suas faltas ou impedimentos, deverá ser substituído nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

-----e) O referido contrato produzirá encargo de 224.500,00 € no presente ano económico tendo-se procedido ao respetivo cabimento orçamental na rubrica 02.02.01, 02.02.01 e 02.02.25, sob os números 1340, 13239 e 13238, sendo certo que essa obrigação será também satisfeita no início dos anos subsequentes.-----

-----Mais proponho que a Câmara delibere submeter a presente proposta à Assembleia para:--

-----Autorizar a repartição da despesa, inerente à abertura de procedimento de concurso público, em mais de um ano económico, nos termos do número 1 do artigo 22º. do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e conceder autorização prévia por este Órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, relativa à prestação de serviços de fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) do Município de Mortágua (onde se inclui a iluminação pública), da seguinte forma:-----

-----Ano de 2016 (6 meses) - 221.672,91 €;-----

-----Ano de 2017 - 443.345,81 € ;-----

-----Ano de 2018 - 443.345,81 €;-----

-----Ano de 2019 (6 meses) - 221.672,91 €".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.6.-CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE DOIS (2) POSTOS DE TRABALHO PARA A CARREIRA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS):-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Considerando:-----

-----Que o Executivo Municipal na reunião realizada no dia 16/09/2015 aprovou a abertura do procedimento concursal comum para o preenchimento de 2 postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (motorista de máquinas e veículos especiais) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, o qual foi aberto por Aviso nº.12944/2015 no Diário da República 2ª. Série - nº.217 – de 5 de novembro de 2015, na Bolsa de Emprego Público e por extrato no jornal de âmbito nacional “Jornal de Noticias”.-

-----A exclusão de todos os candidatos na fase de apreciação das candidaturas, verificou-se a inexistência de candidatos à prossecução do procedimento.-----

-----Proponho:-----

-----Que a Câmara delibere a cessação do procedimento concursal, publicitado através do Aviso nº.12944/2015 no Diário da República 2ª. Série, nº.217, de 5 de novembro de 2015, e de todos e quaisquer atos entretanto praticados no procedimento, uma vez que o mesmo não tem condições para prosseguir por inexistência de candidatos à prossecução do procedimento e, consequentemente, se tornar inútil, de acordo com a al. a), do n.º 1, do artigo 38º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 95º. do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser presente à Assembleia Municipal para conhecimento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

atendendo à autorização concedida em sua sessão de 25/09/2015, sob proposta da Câmara de 16/09/2015 no sentido de proceder ao recrutamento anteriormente mencionado”.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

9.7.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE DOIS (2) POSTOS DE TRABALHO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS):-----

-----No seguimento do ponto anterior o procedimento concursal para o preenchimento de dois (2) postos de trabalho para a carreira de assistente operacional (condutor de máquinas pesadas e veículos especiais), autorizado pela Assembleia Municipal em sua sessão de 25/09/2015, sob proposta da Câmara de 16/09/2015, e publicitado através do Aviso nº.12944/2015 no Diário da República 2ª. Série - nº.217 – de 5 de novembro de 2015, ficou deserto devido à inexistência de candidatos à prossecução do mesmo, uma vez que foram todos os candidatos excluídos na fase de admissão, e mantendo-se os mesmos pressupostos que serviram de base à abertura daquele procedimento, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----1.-O Mapa de pessoal do Município de Mortágua para vigorar no ano de 2016, aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão 11/12/2015, contem os postos de trabalhos necessários para o cumprimento das atividade de natureza permanente a desenvolver-----

-----2.-Na sequência de levantamento das necessidades de recursos humanos para o corrente ano foram analisadas as necessidades de recrutamento mais prementes para a prossecução das atividades municipais com base na informação reportada pelos dirigentes e chefias.-----

-----3.-Nesse diagnóstico de necessidades foram identificadas diferentes situações de carência de recursos humanos, resultante de aposentações ocorridas nos últimos anos, caducidade de contratos e de uma ou outra situação de licença sem remuneração.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----4.-Contudo, tais situações não poderão ser integralmente satisfeitas devido a restrições relativas à contratação de pessoal impostas pela Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), apesar de ao Município de Mortágua não se lhe aplicar as regras estatuídas nos artigos 47º., 62º. e 64º. da referida LOE 2015.-----

-----5.-Com efeito, os municípios que, no ano de 2014, tenham apresentado equilíbrio financeiro não são obrigados a proceder, no ano de 2015, à redução de trabalhadores, de 2% e 3% consoante a seja de saneamento ou rutura, prevista no artigo 63º. da LOE 2015.-----

-----6.-Os municípios que apresentem situação de equilíbrio financeiro, como é o caso do município de Mortágua, podem, no ano de 2016, aumentar a despesa com pessoal, nos termos e limites consignados nos nºs 4 e 5, do artigo 62º. da Lei nº. 82-B/2014, já referida supra.-----

-----7.-Perante essas limitações legais, há necessariamente que fazer opções, estabelecendo prioridades estruturadas em função das necessidades mais prementes, concretizadas da seguinte forma: - 2 postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional (motorista de máquinas e veículos especiais) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----8.-De acordo com o previsto nos artigos 28º e 31º. da Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, que em anexo, aprovou a Lei Geral do Trabalho em funções públicas, (doravante designada por LTFP), os serviços da administração pública, em face do teor do respetivo mapa de pessoal, verificam o número de trabalhadores que se encontram em funções e caso o mesmo seja insuficiente pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.-----

-----9.-Quanto à necessidade de ocupação dos postos de trabalho em causa importa ter presente redução global dos trabalhadores nos últimos anos referindo-se que a 31 de Dezembro em 2007 existiam 151 trabalhadores e a 31 de Dezembro de 2015 registam-se 107.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trabalhadores, e irá diminuir até ao final do ano em consequência de aposentações cujos processos já se encontram na CGA e na Segurança Social, sendo um deles de um motorista de máquinas pesadas e veículos especiais.-----

-----Sendo certo que os recursos humanos devem garantir a eficácia e eficiência do serviço, é indubitável concluir que, sendo as mesmas as competências e atribuições dos municípios, a evolução registada traduz uma carência significativa de recursos, em especial em determinados setores de atividade de natureza operacional, pondo em causa o estrito cumprimento das obrigações de prestação de serviço público a que os mesmos estão vinculados.-----

-----É necessário, decorrente de manifesta carência, recrutar 2 trabalhadores para a carreira/categoria de assistente operacional (condutor de máquinas e veículos especiais), considerando o Parque de Máquinas existente no Município e as obras que se realizam por administração direta nomeadamente na área de atividade do saneamento e a aposentação nos últimos 3 anos de 3 condutores, encontrando mais um trabalhador a aguardar aposentação, torna-se urgente proceder à sua ocupação, atendendo que está em causa a resposta e a eficácia dos serviços e o interesse público dos mesmos, podendo inclusivamente os referidos setores de atividade parar.-----

-----10.- Atenta a evolução de recursos humanos nesta área de atividade, resulta evidente a necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores que permita colmatar as carências identificadas.-----

-----11.- As referidas carências configuram necessidades permanentes e urgentes de pessoal que justificam a autorização de abertura de um procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho vagos, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.-----

-----12.- A Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 veio, apesar de ter flexibilizado, para os municípios que apresentam equilíbrio financeiro,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a contratação de trabalhadores, manter algumas das restrições constantes do LOE de 2014 (Lei nº.83-C/2013, de 31 de dezembro).-----

----- 13.-O artigo 64º., nº.2 da mencionada LOE 2015, já supra referida, determina que apenas em situações excecionais devidamente fundamentadas, é possível autorizar a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuem uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e desde que se verifique o preenchimento de determinados requisitos cumulativos.-----

-----14.-Entre outros requisitos, o previsto na alínea b) do nº. 2 do artigo 47º., aplicável por força do nº. 2 do citado artigo 64º., ambos da lei do Orçamento de Estado de 2015, exige que se demonstre a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída ou por recurso à mobilidade especial ou outros instrumentos.-----

-----15.-Não foi apresentado nos últimos 2 anos qualquer pedido de mobilidade para o Município por trabalhador integrado na carreira/categoria de assistente operacional, pelo que não foi possível ocupar os postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado por mobilidade interna, dada a especificidade das funções a desempenhar.-----

-----Por outro lado, não está constituída a Gestora da Requalificação (Lei nº.80/2013, de 28 /11) e de acordo com o Despacho nº. 2556/2014-SEAP do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 10/07/2014, as autarquias locais não têm de consultar a Direção – Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.-----

-----16.- Encontra-se satisfeita a exigência de cabimento orçamental para efeitos de ocupação de 12 postos de trabalho da categoria em apreço, o que permite satisfazer o exigido na alínea b), do nº.2, do artigo 64º. da LOE 2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----17. Os Recursos humanos procederam atempadamente ao carregamento no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), de todos os dados enunciados no nº. 1, do artigo 6º., da Lei nº.57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei nº.66-B/212, de 31 de dezembro, relativos à caracterização dos recursos humanos desta Edilidade e reportados ao 2º. Trimestre do ano de 2015, razão pela qual se constata o cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos naquele diploma legal por este município.-----

-----18.-Em resultado da aplicação dos critérios enunciados nos nºs. 3 e 4 do artigo 62º. da referida Lei nº.82-B/2014, o Município de Mortágua pode, no ano de 2016, aumentar a despesa com pessoal até ao limite de 18.466,30 €, representando o recrutamento em causa um aumento de encargos com pessoal de 9.830,91 €, valor inferior ao limite.-----

-----19.- No exercício de 2016, as despesas com pessoal e as aquisições de serviços a pessoas singulares não pode prejudicar o cumprimento do limite resultante da aplicação dos nºs 3 e 4, do artigo 62º. da LOE 2015, pelo que se pretende proceder à abertura de procedimento concursal destinado inicialmente ao preenchimento de 12 postos de trabalho, sem prejuízo da utilização da reserva de recrutamento interna que venha a ser constituída com a homologação da lista de classificação final desse concurso, durante o prazo de 18 meses fixado na lei.-----

-----20.- A categoria da assistente operacional 2 motoristas de máquinas e veículos especiais corresponde a uma das carreiras do regime geral, efetuando-se o respetivo recrutamento mediante o disposto na Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº.145-A/2011, de 6 de abril.-----

-----21.- De acordo com o previsto no artigo 3º. da citada Portaria nº. 83-A/2009, os procedimentos concursais revestem modalidade comum quando se destinam ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, não ocupados, do mapa de pessoal do Município de Mortágua.-----

-----22.- Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o prazo para apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26º. da Portaria 83-A/2009.--

-----23.- A competência para autorizar a abertura de um procedimento concursal destinado a todos os indivíduos, ou seja a candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido cabe, nos termos do nº.2, do artigo 64º., da Lei nº. 82-B/2014, à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo.-----

-----Em coerência com as razões de facto e de direito expendidas supra, proponho à Câmara Municipal de Mortágua que, ao abrigo das disposições combinadas constantes do artigo 32º. e alínea ccc), do nº.1 , do artigo 33º., ambos da lei nº. 75/2013, de 13 de setembro, o nº. 2, do artigo 64º., da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, e o artigo 30º. do anexo a que se refere o artigo 2º. da Lei nº.35/2014, de 20 de junho, o seguinte:-----

-----a) Submeter à Assembleia Municipal proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 2 motoristas de máquinas e veículos especiais, da carreira de assistente operacional, sem prejuízo de utilização de futura reserva de recrutamento interna que venha a ser constituída após a homologação da lista de ordenação final, destinado a qualquer indivíduo e com um prazo de candidaturas de 10 dias.-----

-----b) A despesa decorrente do presente procedimento concursal comum está inscrita no orçamento do corrente ano de 2016, conforme cabimento que se encontra anexo à presente proposta.”-----

-----A Câmara, depois de apreciada, deliberou por unanimidade aprovar a aludida proposta nos precisos termos em que foi formulada.-----

9.8.-PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º. GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:-----

----- Foi presente a proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- “Considerando que: -----

----- de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 26.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa, no seu termo . -----

----- a comissão de serviço do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, cessa por chegar a seu termo, no dia 07-03-2016, não sendo passível de renovação; -----

----- a gestão estratégica dos recursos humanos devidamente alinhada com a gestão estratégica global da organização pressupõe a existência de cargos de direção; -----

----- que para a implementação e monitorização de determinados processos que a Lei impõe, tais como Contabilidade Analítica, Gestão de Armazéns, Sistemas de Faturação, Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), tornam indispensáveis a existência daqueles cargos; -----

----- que a monitorização dos processos, nomeadamente o SIADAP, só é possível com a existência de chefias intermédias; -----

----- urge a necessidade de assegurar a direção, programação, organização e coordenação de todas as atividades da Divisão de Administração Geral e Finanças, necessárias ao cumprimento dos objetivos de planeamento e gestão definidos no orçamento e plano de atividades; -----

----- neste sentido, torna-se necessário proceder ao preenchimento do lugar de Chefe de Divisão Administração Geral e Finanças, previsto no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2016; -----

----- a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do júri; -----

----- a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto que procede à adaptação à Administração Local da Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do júri; -----

----- o júri do recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, de acordo com o preceituado no n.º 1, do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; -----

----- nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, os titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, deverão ser recrutados de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que detenham licenciatura.-----

-----**Tenho a honra de propor à Câmara Municipal:**-----

-----Que delibere autorizar o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças permitindo a abertura do seguinte procedimento concursal comum, nos termos do n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto – Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, e nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à administração autárquica pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, nos termos e nas condições que a seguir se indicam:-----

----- Modalidade da Relação Jurídica: Comissão de Serviço; -----

----- Cargo: Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Administração Geral e Finanças; -----

----- Regime: Cargo não inserido em carreiras; -----

----- Habilitação Literária e/ou Profissional: Licenciatura; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Descrição da Habilitação: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, Especialização Económico – Financeira;-----

----- Perfil: Os candidatos deverão possuir os seguintes requisitos:-----

----- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura; -----

----- Experiência comprovada na área de Contabilidade e Finanças Locais;-----

----- Formação profissional específica e/ou outra relacionada com a área funcional posta a concurso;-----

----- Capacidade de planeamento, de direção e coordenação, liderança, iniciativa e gestão de motivações, nomeadamente, boa capacidade de gestão na área funcional posta a concurso e articulação com os demais serviços e bons conhecimentos das diversas áreas de atuação das autarquias locais, com especial ênfase, na área desta unidade orgânica. -----

----- Descrição da Área de Atuação:-----

----- Traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no âmbito das competências previstas no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais para a Divisão de Administração Geral e Finanças, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 17, de 24 de janeiro de 2013, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e eventualmente as competências que lhe forem delegadas nos termos da lei.-----

----- **Mais proponho que:** -----

-----Que nos termos do n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto seja submetida para designação pela Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal, constituído nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por um presidente e dois vogais efetivos, os quais foram selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

peçoal, sendo que devem exercer funções preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, a saber: -----

-----Presidente: Dr. António Manuel Ribeiro, Chefe de Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal do Carregal do Sal;-----

----- Vogais efetivos: -----

----- Eng.º. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Mortágua;-----

----- Eng.º. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal de Mortágua. -----

----- Vogais suplentes: -----

----- Eng.º. António José Ferreira da Silva, Chefe de Divisão de Acessibilidade, Mobilidade, Equipamento e Materiais da Câmara Municipal de Tondela;-----

----- Dr. José Alberto Arede Negrão, Chefe de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

----- Será designado o 1.º Vogal efetivo para substituir o Presidente do Júri, nas suas faltas ou impedimentos.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada nos seus exatos termos, lançando-se um procedimento concursal de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2º. Grau – Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças.-----

-----Foi ainda, por unanimidade deliberado, em conformidade com o previsto no nº.1 do artº. 13º. da Lei nº.49/2012, de 29 de agosto remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da designação do júri do procedimento concursal.-----

9.9.-INICIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO CARTÃO MORTÁGUA SÉNIOR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior.-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.–Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Cartão Sénior de Mortágua que dispõe como objeto proporcionar à população sénior do Município de, um conjunto de vantagens, nomeadamente na sua participação em atividades culturais e recreativas do concelho, promover descontos especiais ao nível do comércio e serviços garantindo assim melhor qualidade de vida.-----

-----2.–Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.–Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

9.10.-INICIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO:-----

----- Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento.-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k), do nº. 1, do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.-Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Trânsito, circulação e Estacionamento que dispõe como objeto desenvolver as disposições do Código da Estrada e demais legislação complementar, estabelecendo as regras relativas ao ordenamento do trânsito, circulação e estacionamento nas vias públicas, sob jurisdição da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

9.11.-CONTRAVENÇÃO À LEI NÚMERO 10/2015, DE 16/01/2015, REGIME DO ACESSO E DE EXERCÍCIO DE DIVERSAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO E ESTABELECE O REGIME CONTRAORDENACIONAL RESPETIVO:-----

9.11.1.-Auto de Noticia por Contra-Ordenação Número 1/16:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Manuel António Pereira Ramos, explorador do estabelecimento de cafetaria e bebidas denominado “Café Cruzeiro”, sito na Rua da Arieira, nº.5, Vila Moinhos, Sobral, Mortágua titular do Alvará de Licença Sanitária número 245/87, emitida pela Câmara Municipal, por no dia 7/01/2016, verificar naquele local que não se encontrava afixado em local visível do exterior o mapa de horário de funcionamento infringindo assim o disposto no número 2 do artigo 4º.-A do Decreto – Lei número 48/96, de 15 de maio alterado pelos Decretos-leis números 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e Decreto número 10/2015, de 16 de janeiro, constituindo uma contraordenação punida pela alínea a), número 2 do artigo 5º. o mesmo diploma legal , em coima de cento e cinquenta euros (150,00 €) a quatrocentos euros (400,00€).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, nos termos do número 4 do artigo 28º. do citado diploma legal, proceder à instrução do processo de contra-ordenação designando como instrutor a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

9.11.2.-Auto de Noticia por Contra – Ordenação Número 2/16:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Vitor Manuel Gomes de Almeida, explorador do estabelecimento de cafetaria e bebidas denominado “Café Convívio”, sito na Rua da Escola, nº.21, Vila Nova, Sobral, Mortágua titular do Alvará de Licença Sanitária nº. 221/85, emitida pela Câmara Municipal, por no dia 7/01/2016, verificar naquele local que não se encontrava afixado em local visível do exterior o mapa de horário de funcionamento infringindo assim o disposto no número 2 do artigo 4º.-A do Decreto – Lei número 48/96, de 15 de maio alterado pelos Decretos-Leis números 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e Decreto número 10/2015, de 16 de janeiro, constituindo uma contraordenação punida pela alínea a), número 2 do artigo 5º. o mesmo diploma legal, em coima de cento e cinquenta euros (150,00€) a quatrocentos euros (400,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, nos termos do número 4, do artigo 28. do citado diploma legal, proceder à instrução do processo de contra – ordenação designando como instrutor a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

9.11.3.-Auto de Noticia por Contra – Ordenação número 18/2016:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Café Parque, Unipessoal,Lda., estabelecimento de comercial de alojamento e restauração, sito na Rua Parque das Nogueiras, nº.4, em Mortágua, cujo representante legal é Nuno Jorge Gomes Coimbra, residente no Largo das Raposas, nº.3 por no dia 12/01/2016, verificar naquele local que não se encontrava afixado em local visível do exterior o mapa de horário de funcionamento infringindo assim o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

disposto no número 2 do artigo 4º.-A do Decreto – Lei número 48/96, de 15 de maio alterado pelos Decretos-Leis números 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e Decreto número 10/2015, de 16 de janeiro, constituindo uma contraordenação punida pela alínea a), número 2, do artigo 5º. o mesmo diploma legal, em coima de quatrocentos e cinquenta euros (450,00€) a mil e quinhentos euros (1.500,00 €) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, nos termos do número 4 do artigo 28º. do citado diploma legal, proceder à instrução do processo de contra-ordenação designando como instrutor a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

9.12.-LICENCIATURA EM FISIOLOGIA CLINICA DA ESCOLA SUPERIOR DA SAÚDE DE COIMBRA – Proposta de Aquisição de Espaço Publicitário na “Plaquete” da Queima das Fitasili:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta dos alunos do licenciatura em Fisiologia Clínica da Escola Superior de Saúde de Coimbra, informando que se realiza no mês de Maio a “Queima das Fitas” onde se insere o tradicional Cortejo, ponto culminante das Festas da Semana Académica de Coimbra.-----

-----Assim e, pelo facto de serem responsáveis pela organização de um carro alegórico que integrará o referido Cortejo, e nele estar integrado um aluno do Concelho, propõem a venda de espaços publicitários nas plaquetes que irão distribuir gratuitamente aos milhares de espectadores que anualmente assistem àquele evento. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, inserir um quarto de página pelo valor de setenta e cinco euros (75,00 €).-----

9.13.-ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO – PEDIDO DE APOIO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio remetido eletronicamente em 15 de janeiro findo da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto dando



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

conhecimento que vai realizar, no Município de Mortágua, XIX Edição do Medicina Radical nos dias 26 e 28 de fevereiro, considerando os recursos naturais de que dispõe o território do Concelho.-----

-----Assim, convida o Município a patrocinar esta iniciativa, nomeadamente mediante a disponibilidade: -----

----- Transporte para duzentas (200) pessoas de ida e volta entre o Porto (Hospital de São João) e o Hotel Monte Rio Aguieira;-----

----- Transporte para cem (100) pessoas do Hotel para os locais de atividades;-----

----- Apoio monetário.-----

----- A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade não aprovar a ação pelo facto da mesma não se enquadrar no plano de promoção do Concelho.-----

10.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

10.1.-PROCº. 01/2015/140 DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CERCOSA E TRANSFORMAÇÃO EM HABITAÇÃO:-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.-----

10.2.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/202 (alínea b), nº.1, artº.29º. RMUET) – Alteração e Ampliação de Cunicultura :-----

-----Foi presente o requerimento da Cortagri – Cortegaça Agrícola, Ldª., com sede no lugar Vale da Gontinha, Vale de Açores, União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, registado sob o número 34/2016 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de quinhentos e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos (588,75 €) referente à Autorização de Utilização do Processo número 01/2015/202, de alterações e ampliação de cunicultura.-----

-----Conforme o previsto na alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

----- Porém, de acordo com Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de quinhentos e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos (588,75 €) à Cortagri – Cortegaça Agrícola, Lda., com sede no lugar Vale da Gontinha, Vale de Açores, União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, referente à Autorização de Utilização do Processo número 01/2015/202, de alterações e ampliação de cunicultura.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Romão Romão

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----